


Proletários de todos os países: UNI-VOS!



Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

GES
PCP

Agravam-se as condições de vida A LUTA É O ÚNICO CAMINHO

A continuação das criminosas guerras coloniais e a inteira sujeição do governo de M. Caetano aos interesses dos monopólios, estão lançando o país numa grave crise. A inflação continua e com ela um crescente e assustador aumento do custo de vida. A isso se junta fábricas a encerrar ou a reduzir a sua laboração, lançando no desemprego total ou parcial elevado número de trabalhadores. Uma séria ameaça paira também sobre muitos milhares de trabalhadores portugueses que emigraram para vários países europeus.

Em lugar de M. Caetano, que «conversa» cada vez menos desde a clamorosa derrota que o regime sofreu na campanha política «eleitoral», alguns ministros esforçam-se por iludir o povo. Enquanto o ministro de Estado diz pretender sintonizar o país com a Europa desenvolvida, o da Economia tem a desfaçatez de afirmar que o país desfruta de uma situação excepcional (!) e quanto à inflação e às dificuldades diz que «esse mal não é português, é ocidental, é mundial».

Que o mundo capitalista se debate numa profunda e insanável crise geral, isso é uma verdade inofismável. É também verdade que a chamada crise do petróleo está a ser utilizada como um biombo onde se tenta esconder toda a crise geral do sistema capitalista, crise que é real com ou sem escassez de combustíveis.

Mas é igualmente verdade que,

contrariamente ao que se verifica nos países capitalistas, nos países da comunidade socialista não existem quaisquer vestígios de crise, não há inflação, não há desemprego e os preços são estáveis. O que sobe e de forma constante, são os salários e o nível geral das populações. O rendimento nacional da União Soviética teve nos últimos três anos um aumento de 16,4%. A produção industrial teve em 1973 um crescimento de 7,5% (em vez dos 5,8% planeados). Foi obtida uma colheita recorde de cereais (222 milhões de toneladas, o máximo anterior era de 187 milhões).

A galopante subida do custo de vida

O governo de M. Caetano ao serviço dos monopólios tenta esconder que Portugal é o país europeu onde as taxas inflacionistas são mais elevadas e maior a exploração dos trabalhadores. Segundo os dados divulgados pela OCDE, os preços dos artigos de consumo, nos países pertencentes à OCDE, tiveram nos 9 primeiros meses de 1973 um aumento médio de 8,6%, enquanto esse aumento foi em Portugal de 15%! Mas toda a gente sabe e sentiu que nos últimos três meses do ano os aumentos foram galopantes, ultrapassando em muito os citados 15%. Havia quem pensasse que depois do Natal a situação se «estabilizaria», mas o que toda a gente vê é que a subida dos

preços é cada vez maior.

Subiram e continuam a subir os artigos de alimentação, os combustíveis, o vestuário, as rendas de casa, os transportes, os adubos, o aço, as taxas e impostos. O mês de Fevereiro iniciou-se com novos e ainda mais escandalosos aumentos de preços. O óleo, numa só rajada, passou de 20 para 30\$00, isto é, aumentou 50%; o azeite já passou a barreira dos 50\$00; o bacalhau já está a 82\$50 e a carne está cada vez mais afastada da mesa dos trabalhadores; a gasolina tem um novo e brutal aumento de quase 50%, e as garrafas de gás de cerca de 36%; os jornais diários subiram 66%.

Outros aumentos se prevêm. Apesar dos Correios e Telecomunicações terem apresentado em 1972, um lucro de 140.313 contos, já foi anunciado que irão ser aumentadas as tarifas postais, telefónicas e telegráficas.

Que faz o governo?

O governo de M. Caetano está inteiramente ao serviço dos monopólios, e, por isso mesmo, não pode nem quer resolver nenhum dos grandes problemas em que o país se debate. O governo, que nem sequer resolve a falta de moedas para trocos, criou agora o «Conselho Nacional de Preços», talvez com o objectivo de «planificar» uma ainda maior escalada de preços. Os 10 milhões de contos de aumento nas

(continua na 2.ª pag.)

O 31 de Janeiro

NOVAS ACCÇÕES DEMOCRÁTICAS

A luta unitária do Movimento Democrático não parou no dia das «eleições». Essa luta continua a estender-se a todo o país, mobiliza e une milhares de democratas e adquire formas variadas de luta e organização.

Entre as acções democráticas realizadas ultimamente são de realçar a sessão de homenagem ao Dr. Seica Neves, em Aveiro, que reuniu centenas de pessoas; a sessão comemorativa do XXV aniversário da Declaração dos Direitos do Homem, em Castelo Branco, com a presença de várias centenas de pessoas, assim

como o colóquio realizado no Porto, com o mesmo objectivo, e que reuniu 500 pessoas; o convívio-reunião na passagem do ano, em Lisboa, que juntou 1.500 a 2.000 democratas; os Encontros nacionais realizados com representantes de vários distritos, Plenários regionais, a publicação de variados documentos, etc.

O 31 de Janeiro

Com as comemorações do 31 de Janeiro, em várias cidades do país, promoveu-se mais uma importante jornada de luta pelas liberdades democráticas, contra a guerra colonial e a política monopolista do governo. Apesar das dificuldades impostas pelas autoridades e da proibição de sessões públicas que eram para se realizar em Coimbra, Barreiro, e outras localidades, mesmo assim, realizaram-se sessões que reuniram muitos milhares de pessoas, nomeadamente no Porto, Braga, Aveiro e Almada.

A sessão do Porto teve a presença de mais de 2.000 pessoas, para o que foi preciso alugar o Coliseu por 80 contos! Intervieram vários oradores, várias vezes interrompidos pelo comissário da PSP presente. Outros não conseguiram mesmo chegar ao fim das suas intervenções, que alguns casos tiveram que ser lidas por outros democratas. A assistência protestou veementemente contra estas arbitrariedades ao mesmo tempo que aplaudia cheia de entusiasmo os discursos dos democratas.

Em Braga vários democratas foram também impedidos de falar, o que deu motivo a energícos protestos da assistência. Na sala circulou um abaixo-assinado exigindo a revogação do decreto

(continua na 4.ª pag.)

Alastra a luta da classe operária

No seguimento de numerosas lutas reivindicativas que temos vindo noticiando no «Avante», lutas em que as greves e paralisações de trabalho têm constituído a expressão corrente das acções da classe operária nestes últimos meses, foram agora os operários da Cometna, da Sorefame, da Electro-Arco (material eléctrico) e da Bia (borracha), empresas todas situadas na zona da Venda Nova (Amadora), que se lançaram em greve ou paralisaram o trabalho para imporem ao patronato a satisfação das suas reivindicações.

Este grande movimento reivindicativo, que se tem estado a verificar em várias zonas do país, está ligada à recente grande campanha política, foi estimulado por ela, e constitui uma vigorosa

Greves na SOREFAME e na COMETNA

resposta dos trabalhadores à descarada política do governo de defesa dos interesses dos grandes monopólios e à sua política de guerra que têm conduzido à galopante subida do custo de vida.

A luta na Cometna

Após a entrega de uma exposição em Novembro, subscrita por 648 trabalhadores (quase 90% do total), reivindicando um aumento geral mínimo de 1500\$00 mensais, uma comissão avistouse com a Administração em princípios de Dezembro a quem expôs e justificou a reivindicação. Ao mesmo tempo era distribuído um documento na em-

presa em que os trabalhadores justificavam as razões do aumento pedido.

Decorrido cerca dum mês sem qualquer resposta, os operários decidiram paralisar o trabalho na tarde do dia 2 de Janeiro e concentrar-se frente ao gabinete da Administração enquanto uma comissão se avistava com os directores e os obrigava, contra sua vontade, a virem dar a resposta a todos os operários. Esta situação, com todos os operários paralisados e concentrados, durou das 14 às 19 horas.

Depois de larga discussão entre todos, os operários da Cometna resolveram aceitar o aumento de 1.000\$00 proposto pela ge-

rência, considerando-o uma boa vitória, e continuar a luta pelos 1.500\$00. Foi o maior aumento de sempre conseguido na empresa. Ele foi possível graças à unidade e firmeza dos trabalhadores e ao facto da luta ter sido bem conduzida.

Entretanto, no dia 17 de Janeiro, os operários voltaram a paralisar durante uma hora como protesto contra o facto de o aumento não estar ainda a ser aplicado igualmente a todos o que mostra como o patronato tenta sempre esquivar-se ao cumprimento daquilo que lhe é arrancado pela força e como, mesmo depois de obtida uma vitória, a luta tem muitas vezes de continuar para a tornar efectiva.

(continua na 3.ª pag.)

A LUTA É O ÚNICO CAMINHO

(continuação da 1.ª pág.)

receitas e despesas previstos no Orçamento Geral do Estado para 1974, irão ser extorquidos aos salários dos trabalhadores ou serão obtidos com o aumento de impostos que irão provocar novas subidas de preços e a ruína de novos milhares de pequenos agricultores, comerciantes e industriais. A maior parte desses milhões de contos irão consumir-se na fogueira da criminoso guerra colonial. A guerra colonial é cada vez mais um dos principais motivos porque aumentam brutalmente os preços, os impostos, a miséria e a subordinação do país ao imperialismo e aos monopólios.

Existe um só caminho

A situação do país tende a agravar-se ainda mais, pois os esforços da camarilha governante continuam orientados para o prosseguimento da guerra, para a intensificação da exploração e da miséria dos trabalhadores, para a ruína de camadas não-monopolistas. Esta criminoso política pode e deve modificar-se. Existe um crescente descontentamento e há condições propícias para desencadear novas e variadas acções de massas abrangendo todas as camadas da população, todas as regiões do país e todas as frentes de luta.

O governo decretou o congelamento de salários para que os preços e os lucros dos monopólios pudessem continuar a aumentar à custa dos trabalhadores. A crescente combatividade da classe operária e as recentes grandes lutas dos trabalhadores indicam a todo o povo qual o caminho a seguir para fazer frente a essa política antinacional e a forma de estilhar o decreto de congelamento. Apesar da repressão fascista e patronal, nos últimos três meses, várias dezenas de milhar de trabalhadores industriais e agrícolas recorreram a greves e paralisações em alguns casos duraram 2, 3 e 5 dias. Essas greves e paralisações abrangeram mais de 30 grandes empresas das regiões de Lisboa, Baixo Ribatejo, Margem Sul, Porto, Gaia e Matosinhos, Entroncamento, regiões agrícolas de Alpiarça e Almeirim, etc. A grande maioria dessas lutas foram vitoriosas. Os trabalhadores conquistaram aumentos diários de 10 a 30\$, aumentos mensais que chegam a 1.000\$, e outras reivindicações.

Aumentos imediatos de salários

Receando o descontentamento existente nas forças armadas, o governo viu-se obrigado a aumentar os vencimentos dos quadros militares. Logo a seguir, teve de aumentar os vencimentos das forças repressivas (GNR, PSP, etc.). E o funcionalismo público, incluindo os professores, os funcionários corporativos e camarários, porque não são eles

aumentados? Acaso não serão eles abrangidos pela carestia da vida, assim como os reformados e pensionistas?

Ante os aumentos generalizados e apavorantes dos preços, que provocam um grande abaixamento do salário real e do nível de vida; impõe-se uma luta decidida e generalizada por aumentos de salários em todas as empresas, em todas as classes, em todos os sindicatos, nos campos, em todo o lado onde há trabalhadores.

O governo e o patronato manobram para fazer arrastar durante longos meses as negociações de revisão dos CCT e ACT. Os trabalhadores devem continuar a apoiar ou pressionar as Direcções Sindicais no sentido de obterem a satisfação das suas reivindicações através de novos CCT. Mas os preços têm aumentado todos os dias, todas as semanas, cada vez mais rapidamente. Há prazos para os CCT, mas para os preços não. Daí a urgente necessidade de todos os trabalhadores lutarem decididamente, nas suas empresas, por imediatos aumentos de salários que façam face à actual carestia de vida. A obtenção imediata de maiores salários é também a forma mais directa de apressar a revisão dos CCT. A organização de Comissões de trabalhadores, em cada empresa e em cada classe, é uma importante tarefa da qual depende muitas vezes, o êxito duma luta, duma concentração, paralisa-

ção ou greve.

Contra a carestia de vida

A luta por aumentos de salários não exclui, antes implica, a luta paralela contra a carestia de vida. Se não houver essa luta, os aumentos de salários que forem conquistados serão rapidamente anulados pela subida dos preços, provocando a diminuição do salário real dos trabalhadores.

Na luta contra a carestia de vida, todos devem participar. Há que formar variadas comissões e encontrar formas de luta adequadas às condições de cada localidade, bairro ou local de trabalho, nomeada-

mente grandes e pequenas manifestações ou concentrações junto das autoridades, abaixo-assinados, publicação de documentos, realização de assembleias, reuniões, colóquios, etc. Nesta luta, as comissões democráticas e de mulheres, podem desempenhar um importante papel.

A luta contra a carestia de vida e por aumentos de salários não se pode dissociar da luta contra a repressão e pelas liberdades democráticas, da luta contra a guerra e contra os monopólios. Todas estas e outras frentes de luta são cada vez mais convergentes, interligadas, e todas elas possuem acentuado cunho político. A luta em qualquer destes frentes será sempre uma luta contra o fascismo e os monopólios.

LUTA SINDICAL

Metalúrgicos — Continuam a realizar-se assembleias em vários sindicatos para discussão e implementação das negociações sobre as novas tabelas salariais, sendo a reindicação da classe o salário mínimo de 6.000\$00 mensais.

Em Aveiro foi feita nova assembleia no dia 2 de Janeiro, desta vez com a participação de 600 trabalhadores, em que o problema foi vivamente debatido, tendo ficado marcada outra para 10 de Fevereiro.

Também no Sindicato de Coimbra se realizaram duas assembleias com o mesmo objectivo, numa das quais participaram 800 metalúrgicos que discutiram largamente o problema. Realizaram-se ainda assembleias nos Sindicatos de Setúbal, Leiria e V. do Castelo, além de várias no do Porto que noticiamos o número anterior do «Avante». Em vários outros sindicatos estão marcadas reuniões.

Na Sorejame — realizou-se uma assembleia sindical, promovida pela Comissão Sindical de Negociação do ACT, em que participaram 1.900 trabalhadores e a que

assistiram técnicos de contratação dos metalúrgicos e um representante da direcção da empresa.

Por um grupo de 40 trabalhadores foi apresentada uma proposta, aprovada por unanimidade, em que se recomenda à C.S. de Negociação que seja intransigente na defesa dos seguintes pontos: horário de trabalho de 40 horas semanais para todos os trabalhadores; salário mínimo de 6.000\$00; 30 dias de férias para todos; subsídio de férias correspondente a um mês de ordenado; proibição dos despedimentos sem justa causa.

No Sindicato dos S.A. da Marinha Mercante realizou-se uma assembleia para discutir e tomar posição sobre a homologação com reservas do CCT pelo Ministério das Corporações. Foi decidido interpor recurso dos resalvos para o Supremo Tribunal Administrativo.

Como já aconteceu aos Caixeiros de Lisboa, aos metalúrgicos e a outros, está a ser quase uma norma do governo suprimir, a favor dos patrões, parte do lucro que por vezes os trabalhadores conseguem pela via da arbitragem que por vezes é desvalorizada. Impõe-se lutar contra mais esta arbitrariedade do governo em vez do patronato, como estão fazendo os empregados dos S.A. da M. Mercante.

No Sindicato de Seguros do Porto realizaram-se já várias assembleias para analisar os despedimentos sem justa causa efectuados nas Companhias Douro e Mutual. Nas referidas assembleias foi duramente condenada a conduta das direcções e alguns funcionários superiores das referidas companhias com fortes responsabilidades nos despedimentos.

Um abaixo-assinado para a readmissão duma empregada da Mutual recolheu as assinaturas da quase totalidade dos empregados da companhia.

Estatuto dos delegados sindicais

Foi enviado pelo governo à Câmara Corporativa um projecto de decreto-lei criando este Estatuto. Com ele o governo tenta levantar novas peias e dificuldades à acção sindical dos trabalhadores. Para além de não permitir a existência de delegados sindicais em empresas com menos de 50 trabalhadores e de limitar a dois o máximo para empresas com mais de 150, o governo torna extensivo aos delegados sindicais as mesmas exigências que para os corpos gerentes dos sindicatos; a de eleitores da chamada Assembleia Nacional. Determina que os delegados têm de ser designados pelas Direcções e vai ao ponto de facultar aos patrões (além do INTP e sócios do sindicato) que requeiram ao tribunal de trabalho a destituição de direcções sindicais que nomeiem delegados sem as condições exigidas.

Trata-se de mais uma medida arbitrária a ameaçar as direcções sindicais mais representativas dos trabalhadores que se impõe desmascarar e contra que é necessário lutar. Ao mesmo tempo os trabalhadores têm de agir para que os delegados sindicais nas empresas sejam elementos da sua confiança e para criarem, onde as não haja, comissões sindicais de empresa representativas.

Resistência nos quartéis

A odiosa guerra que os coloniais portugueses continuam a fazer contra os povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique está a tornar-se cada dia mais impopular e o seu fim imediato é uma exigência cada vez mais viva das massas populares e de milhares de soldados e outros militares.

Durante a grande campanha política de massas, o grito de «fim da guerra colonial e regresso dos soldados» soou por todo o lado nas assembleias e nas ruas como uma das principais reivindicações do nosso povo. Nos quartéis, são frequentes as manifestações de descontentamento e de protesto contra a continuação da guerra, contra a dureza das condições da vida militar e o rigor da disciplina impostas pelos oficiais fascistas, contra a alimentação intragável.

Os soldados do Forte da Ameixoeira fazem um levantamento de rancho e obrigam os oficiais a dar-lhes outra refeição. As ameaças do director do DGMG de Beirólas e doutros oficiais nada puderam contra a firme unidade e determinação dos soldados que se mantiveram firmes na sua recusa de tocar no peixe podre que lhes deram.

Na E.P.I. (Maíra), uma companhia de cadetes denuncia a farsa da «festa do cadete» recusando-se a participar no banquete que se seguiu ao juramento de bandeira e concentrando-se junto à porta do refeitório a cantar uma canção alusiva à farsa e gritando «abaixo o fascismo». Fracassadas todas as tentativas dos oficiais fascistas para demoverem os cadetes da sua atitude, viram-se forçados a fechar a porta do refeitório para que ninguém se apercebesse.

Na Academia Militar, cerca de 120 alunos protestam contra a guerra colonial gritando durante alguns minutos, e de forma que pudessem ser ouvidos do exterior, «abaixo a guerra colonial». No dia seguinte, a polícia militar apontou metralhadoras para o portão principal

do edifício.

Em Sacavém, perante a recusa dos oficiais de dar a refeição da manhã aos cadetes que pernoitam fora do quartel. Estes concentraram-se junto do gabinete do Comandante a quem expõem o problema. Como este não tivesse decidido logo, os cadetes passaram a ir todos os dias tomar o pequeno almoço como se nada tivesse acontecido, forçando desta maneira uma resposta positiva.

Os cadetes internados nos Serviços Hospitalares Militares boicotaram a festa de Natal, demagogicamente realizada para eles no «Monumental». Temendo já uma reacção deste género, os fascistas tinham rodeado a «festa» de grande segredo, só dando conhecimento na véspera. Mesmo assim os militares conseguiram passar palavra uns aos outros, e dos 2.000 doentes internados em Lisboa só cerca de 100 assistiram.

Os instrutores do COM e do CSM em Vendas Novas, obrigam o major fascista a dar-lhes as dispensas de fim de semana que lhes queria recusar a pretexto de terem o cabelo grande. Em face da forte reacção dos soldados e da sua unidade (os que tinham dispensa também se associaram ao protesto) o fascista foi forçado a recuar.

Quando das «eleições», em vários unidades alguns oficiais fascistas reuniram os oficiais e sargentos para lhes perorar sobre tal farsa, perguntando no fim quem ia votar, a pretexto de preparar as viaturas para os levarem às secções de voto. Numa dessas unidades o oficial, no seu sermão, acrescentou que o voto era obrigatório, talvez para conseguir algum êxito. Mas um oficial militante presente ripostou que o voto não era obrigatório e era secreto. O fascista hesitou e decidiu... ir perguntar ao comandante. Voltou para comunicar: «o comandante diz que não é obrigatório...»

Com este número do «Avante», publicamos uma separata com «Quantias recebidas dos Amigos do Partido», no valor de 270.912\$00

(continuação da 1.ª pág.)

Greve de dois dias e meio na Sorefame

Na Sorefame, também desde Novembro os operários vinham lutando por aumento de salários. Após a formação de comissões em todas as secções da empresa para apresentarem aos respectivos chefes o pedido de aumento em nome de todos os trabalhadores, houve uma reunião de cerca de 200 para discutirem outras formas de acção. Em nome de «um grupo de trabalhadores» saiu em princípios de Janeiro uma tarjeta alertando contra as tentativas do patronato de dar aumentos mais baixos às categorias que ganham menos. No dia 9 há uma paralisação de 10 minutos numa secção e tentativas de paralisação noutras. A 10 há uma reunião promovida pela Comissão Sindical de Negociação do ACT, em que participam 1.000 trabalhadores. O conjunto destas acções e o receio do desenvolvimento da luta, por parte do patronato, leva-o a comunicar aos trabalhadores os aumentos de 12, 10 e 8 por cento, que estes recusam.

É no dia 15 de Janeiro que, na ausência de resposta satisfatória às reivindicações que insistentemente vinham apresentando, os operários da Sorefame vão para a greve. Primeiro parou a secção de material circulante, logo depois do almoço, mas a greve propagou-se de seguida a todas as secções e ao pessoal dos escritórios. No dia 16 a greve é total. São 2.400 trabalhadores em greve, fazendo reuniões massivas para discutir a situação.

Uma comissão de 10 elementos escolhidos pelos trabalhadores avista-se com a Administração a quem apresenta a reivindicação de 1.000\$00 de aumento para todos, salário mínimo mensal de 6.000\$00, fim do prémio de rentabilidade e fim dos turnos da noite. A Administração recusa e insiste nos aumentos já anunciados.

No dia 17 a Pide e a GNR colocam-se à porta da fábrica e a Administração pretende que os operários retomem o trabalho para só depois começarem as ne-

LUTA OPERÁRIA

Estas são algumas das principais reivindicações comuns a todos os trabalhadores. Dezenas de milhar de operários já as conquistaram, total ou parcialmente. Muitos milhares de outros estão lutando por elas:

- Aumento geral mínimo de 1.000\$00 mensais
- Quarenta horas de trabalho semanais
- 30 dias de férias, com subsídio de 100%.
- Feriado no dia 1.º de Maio
- 13.º mês

gociações. A greve só termina a 18, tendo os trabalhadores conquistado aumentos de 900 a 1000\$ mensais. A combatividade dos trabalhadores da Sorefame, a sua unidade e determinação, a experiência e o exemplo da luta na Cometna foram factores decisivos para a vitória.

Lutas noutras empresas

Na **Electro-Arco**, os operários também fizeram greve no dia 16 de Janeiro e conquistaram 950\$00 de aumento de salário.

Na **Bis**, igualmente houve greve no dia 17 em apoio da reivindicação de aumento de salário.

Também na **DYRUP** (Sacavém), depois de uma Comissão de Unidade de mais de uma dezena de operários ter apresentado à gerência, em nome e com o apoio de todos, uma exposição reivindicando aumento de 1.500\$00 mensais, semana de 40 horas e subsídio de férias de 100%, os trabalhadores fizeram greve em apoio destas reivindicações.

Na **EFACEC** (Porto) após uma paralisação e protestos constantes dos trabalhadores com vistas à conquista de aumento de sala-

rios antes do fim do ano, a empresa viu-se forçada a comunicar em fins de Novembro um aumento médio de 22%, com efeito a partir do começo do mês.

Na **Mague** (Alverca), os operários conquistaram aumentos de 400 a 1.000\$00 mensais a partir de Janeiro e o feriado do 1.º de Maio. Para esta última reivindicação circulou um abaixo-assinado que foi subscrito pela quase totalidade dos operários. A semana de 45 horas tornar-se-á efectiva a partir de Junho.

Na **Sacor** (Porto), os trabalhadores recusam-se a fazer horas extraordinárias. Após a greve de 3 dias do mês de Outubro os operários devem terminar a semana às 10,30 de sábado. Entretanto o patronato, para os obrigar a trabalhar mais 1,30 horas, só ao meio dia dá transportes (é proibido andar a pé dentro da fábrica). A certa altura pretendeu levar esta arbitrariedade até às 14 horas, a que os operários se opuseram largando o trabalho e saindo para a rua sob as ameaças e a desorientação dos patrões e seus lacaios. A luta tem continuado contra estas e outras arbitrariedades com várias paralisações de trabalho, tendo sido des-

pedidos como represália mais duma dezena de operários.

Na **UTIC** (Porto), com cerca de 550 operários, houve uma paralisação total de 4 horas por aumento de salários.

Na **Ford Lusitana** (Azambuja), em consequência duma luta anterior, nomeadamente uma paralisação de trabalho, a Administração tem estado a dar aumentos de 500 a 700\$00 mensais, embora por grupos de cerca de 20 por mês.

Na **Fábrica de Fogões «Leão»** (Porto), os trabalhadores entregaram na gerência um abaixo-assinado com mais de 200 assinaturas exigindo o 3.º feriado a que têm direito pelo CCT e comunicaram que se o mesmo não fosse concedido se recusariam a trabalhar no dia 2-11. A empresa teve que ceder.

Na **Sepssa** (Porto), em continuação da paralisação de Abril, cerca de 150 metalúrgicos fizeram uma concentração exigindo que o 3.º feriado lhes fosse dado num dia de trabalho normal e não no dia de S. João (que este ano foi ao domingo), como a empresa pretendia. Finalmente conseguiram o feriado em 31-12.

Na **Bruno Janz** (Cabo Ruivo), os trabalhadores apresentaram a reivindicação de aumento de salários. A gerência, que inicialmente respondeu com a negativa, prometeu depois estudar o problema. É evidente que só a continuação da luta trará aos operários a vitória.

Na **Mevil** (V. Franca de Xira), os 200 trabalhadores da empresa pediram aumento de 10% (cerca de 500\$00 por mês). A gerência respondeu com a negativa, mas os operários mantêm a disposição de prosseguir a luta.

Na **Cetap** (Espinho), as operárias fizeram uma paralisação em Novembro.

Na **Olaio** (Sacavém) foi feito um abaixo-assinado dirigido ao Sindicato a reivindicar uma assembleia geral para discutir a aplicação do CCT.

AMNISTIA

Liberdade para DIAS LOURENÇO

Liberdade para JOSÉ MAGRO

O antro

São cada vez em maior número os jovens que dizem NÃO à guerra colonial. Além da recusa, individual ou colectiva, de participação nos crimes do colonialismo português, outras formas de luta se tornam frequentes: inscrições e aparecimento de documentos nos quartéis, contra a guerra; protesto contra os exercícios desumanos praticados durante o período de instrução; desmascaramento nas próprias aulas dos cursos de preparação «psicológica»; recusa ao juramento de bandeira.

Estas acções reflectem e conduzem ao reforço da unidade dos soldados e milicianos em torno dos seus problemas, até porque algumas vitórias têm sido alcan-

çadas (abrandamento na dureza dos exercícios, melhoria da alimentação e das condições de higiene nas casernas, saídas, hospitalização) e constituem terreno propício ao desenvolvimento da luta contra o objectivo central: a guerra colonial.

Os jovens que se destacam na luta dentro dos quartéis (os comandos andam sempre à caça dos «cabecilhas»), desertores e refractários, ou militares com «cadastro político» são presos nos quartéis ou enviados para os presídios militares fascistas: grande parte deles para a Trafaria.

No Forte da Trafaria (Casa de Reclusão da Região Militar de Lisboa), encontram-se normalmente mais de 200 presos, na sua maioria desertores. Os presos encontram-se em celas extremamente exiguas e sem ventilação. As condições de higiene são péssimas:

apenas 4 chuveiros, não tendo os presos direito a sabão, retretes imundas, lençóis mudados de mês a mês; a alimentação além da má qualidade é insuficiente; faltam os medicamentos e são enormes as dificuldades de tratamento hospitalar. Por outro lado continuam, aqui, as «aulas psicológicas», com palestras semanais pelo comandante que criou uma rede de bufaria (presos com determinadas «regalias» que vão mantendo o comando informado do estado de espírito dos presos em relação à situação prisional). Através do elogio desta «aristocracia», sobrevalorizando as «regalias» o comandante pretende fazer de cada preso um bufo para deste modo obstar à unidade prisional, factor importante ao desencadeamento de qualquer acção pela conquista de melhores condições prisionais, sendo permanente a

da Trafaria

ameaça com as celas de isolamento — as chamadas «escuras» — sem luz, colchão, cadeira ou mesa. São frequentes os espancamentos levados a cabo, por oficiais, sargentos e chefes dos presos — todo um clima para arrasar o sistema nervoso dos presos, visando a lenta mas progressiva destruição física e moral.

Nas acções contra a guerra colonial não se deve esquecer a situação e o tratamento desumano de que são vítimas os presos militares. Que por todos os meios lhes façamos chegar a nossa solidariedade humana e política para que os presos não se sintam isolados, encorajando uma acção unida e organizada dentro dos presídios militares fascistas.

NÃO À UNIVERSIDADE CASERNA!

O fascismo prossegue a sua política no sentido de colocar a Universidade (e o ensino em geral) ao serviço dos monopólios. Intensifica o terror para acabar com as Associações de Estudantes e os direitos que conquistaram para — retirando a base de massas do Movimento Estudantil — liquidar dentro das escolas a resistência à sua política e destruir este destacado sector da luta popular antifascista.

O governo de M. Caetano mantém as Universidades sob a ameaça permanente das armas. Encerra escolas, cantinas, mantém-nas cercadas pela polícia de choque, estabelece um apertado controle de movimentos no seu interior (cartões de identificação especiais, «gorilas»); a Pide e a PSP, fardada e à paisana (mas armada de compridos bastões) assaltam instalações associativas, chegando mesmo a fazer rusgas dentro dos edifícios universitários, identifica, prende ou multa estudantes que lá se encontram. Os «gorilas» agridem estudantes a murro, a pontapé, à pedrada. Chegou-se ao ponto de agentes da PSP assistirem a aulas e do comandante da PSP do Porto participar nas reuniões do Conselho Escolar da Faculdade de Medicina do Porto. Dezenas de estudantes são suspensos e expulsos nas três Academias. A 70 estudantes do IST é recusada a matrícula com base no decreto

para o efeito forjado, e a muitos outros é arbitrariamente vedado o acesso às escolas que frequentam, o que implica em muitos casos a mobilização compulsiva para a guerra colonial.

Os corredores do IST são patrulhados pela polícia de choque, de capacete, bastões e cães. Transportando-se de «nivea», o director-nazi Sales Luís comanda directamente as operações policiais.

Apesar da repressão, o M.E. continua a opor-se aos intentos do fascismo e a afirmar-se como um vigoroso movimento de massas.

Prossegue a corajosa luta dos estudantes do Técnico

Numa tentativa para jugular o movimento e impedir que os estudantes reunissem, o governo encerra de novo o IST (19-11), reabrindo a 3-12 nas condições particularmente repressivas acima descritas. Os estudantes forçam as entradas em massa, destroem a máquina de filmar que a Pide instalou, e, numa grande reunião de mais de 1.000 estudantes, coagem o director a não chamar a polícia. A greve é cumprida massivamente e, no dia seguinte, realizaram uma Reunião Geral de Alunos (contra a

proibição expressa dos fascistas) com mais de 1.000 estudantes em que reafirmam a greve geral. Largos sectores do corpo docente solidarizam-se com os estudantes, bem como a Ordem dos Engenheiros.

Em LISBOA, os estudantes de Económicas fazem greve por 3 dias, contra os cortes de subsídios da cantina da sua A.E., contra a Reforma fascista, em solidariedade com os seus colegas do IST, e fazem nova greve geral em Dezembro, seguida a 100%. Os estudantes de Medicina, onde as aulas ainda não começaram (!), lutam contra a Reforma fascista, que visa reduzir o n.º de médicos, e contra a invasão da pré-Associação. Os estudantes de Letras, impõem o direito de reunião, realizando na sua escola uma massiva RGA. Lutam pelos seus direitos e conquistas, os estudantes de Ciências, Farmácia, ISCSP, ISCTE, ISPA (os dois últimos com greve). Os estudantes do Liceu P.º António Vieira, em protesto contra a prisão de 160 colegas durante uma RGA (que foram revistados, multados e rapados pela polícia), fazem greve durante dois dias, manifestando-se na rua. A 5-12, mais de 1.500 estudantes desta Academia concentram-se junto do MEN exigindo a reintegração dos estudantes do IST impedidos de se matricular, após o que se manifestam em vários pontos da cidade gritando consignas anticoloniais em grupos que chegam a atingir as 4 centenas. Também na sequência dum Plenário impedido pela polícia (11-12) voltam a manifestar-se contra o fascismo e a guerra colonial no Areeiro (500) e Estrela (200).

No PORTO, os estudantes de Medicina ocupam o bar da Faculdade, transformando-o em local de reunião e fazem greve geral às aulas (7-12). Os estudantes de Belas Artes boicotam novos exames (o fascismo anulava os já realizados por considerar baixa a percentagem de reprovações) obrigando o governo a ceder. 200

estudantes recusam-se a pagar a péssima alimentação na cantina, o que leva ao seu encerramento. Os liceais do Alexandre Herculano e do Garcia da Horta realizaram dois «meetings» com mais de 200. Em Ciências realizou-se uma assembleia federada de apoio ao IST.

Em COIMBRA, a tomada da Basulha foi uma grande jornada pela reabertura da AAC e de solidariedade com a luta do IST. Os estudantes realizaram 2 grandes reuniões (com 1.500 cada) apesar da intervenção policial (que aponta as armas para os estudantes reunidos). Mais de 1.000 estudantes se manifestam contra o doutoramento do fascista Lopez Rodó.

Temendo a reacção dos estudantes, M. Caetano escolhe um domingo para visitar a Faculdade de Direito de Lisboa, com a polícia a isolar a Cidade Universitária. Veiga Simão (à cautela!), cancela a sua anunciada visita à Universidade de Coimbra.

A unidade e a acção de massas estão na base do ímpeto e da amplitude das acções estudantis deste período. A UEC — que completa agora dois anos de existência — continua a afirmar-se como a vanguarda, a força dirigente do movimento dos estudantes. As grandes lutas travadas e a adesão das massas estudantis, confirmam a justiça da sua luta e o papel sabotador e divisionista dos grupos verbalistas. Se os estudantes continuarem a reforçar a sua unidade e a sua acção, se continuarem enfrentando a repressão, procurando dentro das escolas o apoio dos professores progressistas — poderão obrigar o fascismo a recuar, manter as suas conquistas e as suas Associações, reanir a AEIST e a AAC que são questões fundamentais da actual fase da luta estudantil.

É absolutamente necessário que os trabalhadores e as massas populares apoiem activamente a luta dos estudantes, não permitindo que o fascismo liquide as suas estruturas democráticas e as suas conquistas. Que todos os sectores desenvolvam acções de solidariedade e apoio, à corajosa luta dos estudantes!

Novas acções democráticas

(continuação da 1.ª pág.)

196-72 (congelamento de salários), e um trabalhador, na sua intervenção, reivindicou a semana de 40 horas, aumento de salários, 13.º mês e 30 dias de férias para todos os trabalhadores.

Em Aveiro os 500 democratas presentes a sessão romperam numa grande ovação quando foi referido o nome do democrata Mário Rodrigues, impossibilitado de assistir por se encontrar preso à ordem da PIDE-DGS, tendo sido em seguida aprovada uma moção exigindo a sua libertação. A desigualdade de salários entre o homem e a mulher e a guerra colonial foram alguns dos problemas focados nas intervenções dos democratas.

Em Almada a sessão, realizada na Academia Almadense, foi também de homenagem a um velho democrata local. Foram feitas várias intervenções, estuadiaticamente aplaudidas pela assistência que encheu a sala, nomeadamente uma em nome dos jovens e outra em nome das mulheres.

Noutras terras, como em Évora, Coimbra, Viana do Castelo, Almeirim, realizaram-se jantares de confraternização em que participaram centenas de democratas.

As acções referidas e a que se poderiam juntar muitas outras, algumas delas já relatadas no «Avante», como foi o caso da representação nacional que entregou na Presidência da República cerca de 25 mil assinaturas a reclamar uma verdadeira Amnistia, ou a concentração de centenas de pessoas em Peniche, no período do Natal, todas essas acções são uma viva demonstração da vitalidade e capacidade mobilizadora do movimento democrático, e dos movimentos das mulheres, dos estudantes e jovens trabalhadores.

Agir junto das massas

Existem todas as condições para o movimento democrático continuar

a realizar uma ampla actividade de massas. A sua capacidade de mobilização, a sua legalidade, será tanto maior quanto maior for a identificação das suas acções com os interesses das mais amplas camadas da população. As muitas dezenas de comissões democráticas espalhadas pelo país dispõem de boas condições para promover pequenas e grandes acções que mobilizem milhares e milhares de portugueses, nomeadamente na luta contra a carestia de vida, contra a repressão e pelos direitos de associação, pela Amnistia e contra as torturas policiais, contra a guerra, contra os monopólios e a dominação imperialista. O desenvolvimento das acções à volta destes objectivos é uma condição essencial para reforçar o movimento e a sua legalidade.

Os ensinamentos da grande campanha política de Outubro indicam que se deve contrariar as concepções que visam estruturas e métodos de acção ultrapassados e tentativas de fechar, a esconder e a isolar das massas o movimento democrático. As realizações à volta do Congresso Democrático, a campanha «eleitoral», as acções nos meses que se seguiram, mostram de forma concluinte que as possibilidades de mobilização das massas são maiores ou menores consoante o carácter aberto ou fechado que essas acções assumirem.

Para se avançar na mobilização de massas, para que o movimento e as comissões democráticas possam estreitar mais e mais a sua ligação às massas populares e a todas as camadas sociais do país, para consolidar e ampliar a legalidade conquistada, há que agir o mais junto possível das massas. Para se avançar há que abrir e não fechar o contacto com todos os que estão dispostos a lutar contra o fascismo, contra a guerra e pelas liberdades democráticas.

Um exemplo a seguir

Os aumentos dos transportes surgem como mais um elemento a afectar grandemente a situação dos trabalhadores e dos estudantes obrigados a utilizá-los todos os dias.

E é o governo, que há quase 2 anos congelou os salários com o falso pretexto de combater a inflação, que promove ou autoriza os aumentos dos transportes dependentes de serviços camarários. Foi no passado verão a Câmara Municipal de Lisboa, após ter tomado conta da maioria do capital da Carris. Foi há meses a de Coimbra. Outros casos estão na forja.

Em Coimbra a população reagiu, primeiro através de um abaixo-assinado com 1.500 assinaturas entregue por uma comissão ao Presidente da Câmara, depois boicotando os transportes e manifestando-se na rua.

Com efeito, logo no 2.º dia após o aumento, os alunos da Escola Técnica Brotero resolveram não utilizar qualquer transporte. Mais de 800 jovens, à saída das aulas, deslocaram-se a pé gritando «slogans» sempre que passavam — por um transporte, tendo dois jovens sido presos pela polícia. No dia seguinte nova manifestação, desta vez reforçada com estudantes universitários e populares, é alvo duma brutal intervenção da polícia que faz vários feridos e mais duas prisões. Em algumas carreiras grupos de pessoas, em que havia numerosos estudantes mas não só, ocupavam os transportes recusando-se a pagar bilhete e gritando pelas janelas que ali não se pagava.

Lutar contra o aumento dos transportes é também lutar contra o aumento do custo de vida.

Mais do que a generalidade dos trabalhadores, a mulher portuguesa é duramente afectada pela grave crise a que o fascismo conduziu o país. Com salários inferiores aos dos homens para trabalho igual, sem possibilidades de promoção profissional, ela é a maior vítima da exploração desenfreada dos patrões. Trabalhando ou não fora de casa, ela sente a

vertiginosa subida dos preços dos géneros de primeira necessidade, das rendas de casa, do vestuário, dos transportes, etc.

A maioria das mulheres opõe-se ao regime de monopólios que as reprime, que as explora, que não lhes dá uma assistência médica condigna, que leva os seus maridos a emigrar, que manda os seus filhos, maridos ou familiares para as

criminosas guerras coloniais donde muitos não voltam e outros vêm estropeados física ou psicologicamente. Elas compreendem cada vez melhor que têm que ter uma participação activa na mudança de tal situação. Por isso as vemos, lado a lado com os seus companheiros de trabalho, participar activamente na luta reivindicativa, sindical e política.

a mulher portuguesa

No trabalho

Em todo o ano de 1973 a mulher trabalhadora deu provas da sua combatividade e firmeza na luta pelo aumento de salários, contra o ritmo desenfreado de trabalho, contra a discriminação, contra as péssimas condições de trabalho. Onde lutaram unidas e organizadas forçaram o patronato a atender parcial ou totalmente as suas justas reivindicações. Como lutas fundamentalmente de mulheres, citam-se: a greve em Março, durante 2 dias, das operárias conserveiras em duas fábricas de Setúbal; comemorando o 8 de Março fizeram greve de um dia as camponesas e outras trabalhadoras de Alpiarça, que culminou numa grande manifestação, e em Outubro novamente estiveram em greve uma semana 250 camponesas. Em Novembro, as greves: de dia e meio das operárias da Electro-Cerâmica (Gaia) com uma paralisação de 3 horas e concentração; na Automática Port. — Plessey de 3.000 trabalhadores, na maioria jovens operárias, durante 3 dias, assim como na Standard Eléctrica; na Algot (Póvoa de Varzim) de 2 dias; na Fábrica Triunfo (Coimbra) de um dia; na Signetics por 5 dias.

Recorreram a paralisações de trabalho as operárias da Mistral (Figueira da Foz), da Empresa Gil (Arruda), da Foncar (Porto), da Geffa (Alhos Vedros), Melica (Cacém) e Cetap (Espinho). Fizeram «cera» as operárias da Cámoda (Póvoa de Santo Adrião) durante 3 semanas. Estiveram ainda em luta as empregadas de limpeza da Lisnave, as operárias da Plastidom (Leiria) e da Empresa Fabril do Norte, entre outras.

Também as mulheres intelectuais, particularmente, as professoras, médicas e estudantes tiveram papel relevante na luta pelas suas reivindicações, pela democratização do ensino e vencimentos adequados e pela defesa da saúde.

A mulher portuguesa integra-se também na luta sindical. A sua participação na eleição de direcções honestas, na elaboração e aprovação dos contratos colectivos, nas direcções e assembleias sindicais, é cada vez mais activa e consciente.

Na política

A mulher integrou-se nas diferentes comissões do Movimento Democrático, nas acções pelas liberdades, contra a repressão e a guerra colonial, contra o aumento do custo de vida e outras reivindicações democráticas. O Movimento Democrático das Mulheres registou progressos no plano local e reforçou as suas

ligações a nível nacional. Efetuaram-se mais de 8 reuniões nacionais, uma das quais com a participação de 150 mulheres de 6 distritos, onde se aprovou um caderno reivindicativo.

Em todos os distritos, a mulher participa activamente nas campanhas democráticas e pela Amnistia, nas tarefas de agitação, na recolha de fundos e assinaturas, na realização de assembleias e comícios, tendo as comissões de mulheres editado documentos, denunciando a condição das mulheres em Portugal e chamando-as à luta.

Para o Congresso de Aveiro realizaram várias reuniões pre-

paratórias e contribuíram para todos os trabalhos do Congresso. Calcula-se em mais de 1000 o número de mulheres que estiveram em Aveiro e várias vezes foram apresentadas, na maioria colectivas, por operárias, trabalhadoras e intelectuais.

Na Campanha Política de Massas, as mulheres tiveram um papel destacado em todos os sectores. 7 candidatas foram portavozes das aspirações das mulheres e de todo o povo português.

Entre as jornadas realizadas, destaca-se o 8 de Março (Dia Internacional da Mulher) e o 1 de Junho (Dia Internacional da Criança). A 1.ª data foi assinalada com

8 de Março de 1857: as operárias têxteis de Nova Iorque fazem greve e uma grande manifestação reivindicando a diminuição de 14 para 10 horas de trabalho diário e salários iguais aos dos homens. Brutalmente reprimida, foi a 1.ª greve vitoriosa exclusivamente conduzida por mulheres. Em 1910, por proposta de Clara Zetkin o 8 de MARÇO ficou sendo o DIA INTERNACIONAL DA MULHER.



Voltados mais de meio século sobre a gloriosa revolução de Outubro podemos, hoje, constatar as conquistas alcançadas pela mulher dos países socialistas, na edificação do socialismo à qual deu contribuição valiosa. O exemplo da URSS é disso bem esclarecedor.

Espelhada e explorada na Rússia czarista, ela não tinha qualquer qualificação profissional. Após a Revolução e os difíceis anos de guerra civil, a mulher participa na produção com

iguais possibilidades e os mesmos direitos dos seus companheiros de trabalho. Passa a desempenhar cargos importantes na gestão pública e económica, no ensino, na política. Hoje, têm acesso a todas as profissões, o seu salário é igual ao dos homens, sendo as suas capacidades o único factor selectivo.

As relações de produção em sistema socialista modificaram pro-

fundamente as relações entre os homens. A mulher passa a gozar, também na família, duma progressiva igualdade, aliás garantida juridicamente. A sua vida está muito facilitada pela existência de creches para os seus filhos, cantinas e outras regalias sociais. A partir dos 35 anos as mulheres têm direito à reforma.

Na gravidez é-lhe garantida cui-

dada assistência médica, tendo direito a 112 dias de férias pagas, por ocasião do parto. As apreensões em relação ao futuro dos filhos são diminuídas porque, desde o nascimento, lhes é assegurada toda a protecção e educação.

A mulher como todos os trabalhadores, tem bastantes tempos livres que dedica a actividades culturais e desportivas.

Na política as mulheres desempe-

nham papel importante. São inúmeras as militantes do PCUS (3.300 mil — 22,6%, dos membros do Partido), destacando-se muitas em organismos de direcção e no governo. Além disso participam activamente nos sindicatos.

O Comité das Mulheres Soviéticas desenvolve e reforça os laços de amizade entre a mulher soviética e a dos outros países. Conscientes e orgulhosas dos êxitos do sistema socialista, não esquecendo os horrores da guerra, elas são aguerridas combatentes pela Paz e desenvolvem intensa solidariedade internacionalista.

As mulheres portuguesas, lutando pelos seus direitos, integram-se na luta dos povos pela Independência, pela Segurança e pela Paz. Moções, mensagens e saudações foram aprovadas e dirigidas às mulheres vietnamitas, às mulheres dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, ao PAIGC e à viúva de Amílcar Cabral, quando do seu assassinato, ao povo do Chiúe e à viúva do presidente Allende, à Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM). Representantes das mulheres portuguesas participaram em encontros e iniciativas da FDIM, na Campanha Mundial de Apoio ao Vietnam, nas Conferências da Opinião Pública, em Bruxelas, no Congresso Mundial da Paz, em Moscovo, em congressos nacionais de mulheres, tendo apresentado comunicações e saudações calorosamente acolhidas, que favorecem o conhecimento da luta em Portugal contra o fascismo e o colonialismo e estimulam a solidariedade internacional

No mundo

A MULHER NO SOCIALISMO

As mulheres portuguesas, lutando pelos seus direitos, integram-se na luta dos povos pela Independência, pela Segurança e pela Paz. Moções, mensagens e saudações foram aprovadas e dirigidas às mulheres vietnamitas, às mulheres dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, ao PAIGC e à viúva de Amílcar Cabral, quando do seu assassinato, ao povo do Chiúe e à viúva do presidente Allende, à Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM). Representantes das mulheres portuguesas participaram em encontros e iniciativas da FDIM, na Campanha Mundial de Apoio ao Vietnam, nas Conferências da Opinião Pública, em Bruxelas, no Congresso Mundial da Paz, em Moscovo, em congressos nacionais de mulheres, tendo apresentado comunicações e saudações calorosamente acolhidas, que favorecem o conhecimento da luta em Portugal contra o fascismo e o colonialismo e estimulam a solidariedade internacional

nham papel importante. São inúmeras as militantes do PCUS (3.300 mil — 22,6%, dos membros do Partido), destacando-se muitas em organismos de direcção e no governo. Além disso participam activamente nos sindicatos.

O Comité das Mulheres Soviéticas desenvolve e reforça os laços de amizade entre a mulher soviética e a dos outros países. Conscientes e orgulhosas dos êxitos do sistema socialista, não esquecendo os horrores da guerra, elas são aguerridas combatentes pela Paz e desenvolvem intensa solidariedade internacionalista.

As mulheres soviéticas têm manifestado, numerosas vezes, a sua simpatia e apoio à luta das mulheres e do povo português contra o fascismo, pelo fim das guerras coloniais, pela libertação de Portugal do imperialismo.

50.º ANIVERSÁRIO DO «UNITA»

Ao Comité Central do Partido Comunista Italiano

Queridos camaradas:

O dia 12 de Fevereiro de 1974 marca um acontecimento de grande importância na vida e na história do Partido Comunista Italiano: o 50.º aniversário da criação do seu órgão central, o jornal «L'UNITA».

Nascido no duro combate contra a ditadura fascista, «L'Unità» tem estado sempre intimamente ligado à vida e à luta da classe operária e do povo italiano contra o fascismo e pela democracia, pelo socialismo. Após 50 anos de luta constante em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo da Itália, «L'UNITA» chega aos nossos dias como o grande jornal do grande partido da classe operária e dos trabalhadores italianos.

Os comunistas portugueses vêm no passado de combate do jornal «L'UNITA» a vida presente do «AVANTE!», órgão central do Partido Comunista Português, editado clandestinamente no Portugal fascista de hoje, e estão confiantes que ele se tornará também um grande jornal de massas no Portugal de-

mocrático de amanhã.

«L'UNITA» tem-se sempre solidarizado com a luta da classe operária e dos trabalhadores dos outros países, com a luta dos povos que lutam contra a agressão imperialista, o colonialismo, a opressão e a repressão fascistas.

Os comunistas portugueses têm no maior apreço todas as manifestações de solidariedade que a luta da classe operária e do povo português recebem do Partido Comunista Italiano através do seu órgão central.

Por ocasião do 50.º aniversário de «L'UNITA», saudamos calorosamente o Partido Comunista Italiano que, o criou e, através dele, a classe operária, os trabalhadores, os intelectuais — o povo italiano — que, com o Partido Comunista Italiano, contribuíram para que «L'UNITA» seja o grande jornal que hoje é.

Queremos exprimir-lhes, queridos camaradas, os nossos desejos de que o órgão central do vosso Partido — L'UNITA — alcance cada vez maiores sucessos no futuro, no caminho da luta pela Paz, pelo Socialismo.

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

Fevereiro de 1974

SOLIDÁRIOS COM O POVO ESPANHOL

Manifestações contra Lopez Rodó

A luta dos trabalhadores espanhóis registou grande afluxo nos últimos meses de 1973. Foram milhares de mineiros das Astúrias, em greve mais de um mês, metalúrgicos bascos, catalães, madrilenos, de Navarra e por toda a Espanha que se puseram em luta pelo aumento de salários, contra a carestia, com demonstrações de solidariedade e contra a repressão.

O julgamento de Marcelino Machado e mais nove dirigentes (incluindo o padre Garcia Salvo) das «Comisiones Obreras», — condenados alguns a penas de 20 anos! — provocou em Espanha uma onda de solidariedade, em muitos casos com paragens de trabalho. Ao mesmo tempo, 113 pessoas de diferentes políticas, arriscam-se a severas penas pela sua participação na Assembleia da Catalunha. A pena de morte foi aplicada a um jovem basco. Penas desconformes são aplicadas a muitos antifranquistas.

O atentado contra Carrero Blanco fez desencadear repressão ainda mais brutal. Franco nomeou 1.º ministro o fascista Arias Navarro, cuja biografia é edificante: preso pelos republicanos, é libertado pelos fascistas italianos, passando a presidir os tribunais que fuzilaram milhares de espanhóis: banqueiro, governador civil, dirigente falangista até ministro do interior, depois de ter sido director geral da Segurança Nacional (a P.ºe espanhola), a trajectória de Arias Navarro elucida de quem se trata e seus intentos.

Os portugueses sentem bem o significado da luta do povo espanhol, o que é o fascismo e a repressão. As manifestações dos estudantes de Coimbra contra o provocatório «doutoramento» do fascista Lopez Rodó demonstram bem esse sentimento.

1.000 estudantes dirigiram-se aos Gerais para boicotar a fanchada, encontrando o caminho barrado por fortes contingentes repressivos. Concentram-se no pátio das Letras e dirigem-se em cortejo para a praça D. Dinis, onde se improvisa um comício, sempre perseguidos pela polícia, em cujas cargas foi ferido um deles. Numa reunião na Cantina, são aprovadas duas moções denunciando a cumplicidade dos fascismos português e espanhol, afirmando a certa altura: «O doutoramento «honoris causa» do fascista Lopez Rodó é uma grave provocação ao povo e aos estudantes que, em Espanha, sob as duras condições de ditadura fascista lutam heroicamente».

Solidários com o povo espanhol, com Camacho e os sindicalistas condenados, com os presos políticos espanhóis, aproveitamos moções e cartas de solidariedade aos democratas espanhóis e endereçamos protestos à embaixada e às autoridades reclamando contra a repressão e pelas liberdades em Espanha. Denunciemos o Pacto Ibérico e a aliança dos regimes fascistas de Portugal e Espanha!

FORA COM A RARET

Impõe-se desmascarar largamente a provocação contra os países socialistas que se faz a partir do território português.

É de facto das emissões da RARET (Sociedade Anónima de Rádio Retransmissão) instaladas em Glória e Maxoqueira, no Ribatejo, que são emitidos programas especiais preparados em Munique pela «Free Europe» ligada à CIA norte-americana. O total dos tempos de emissão nas diferentes ondas e nas diferentes línguas orça por 300 horas diárias!!!

Num só ano, a RARET emitiu 45.000 horas em checo, 30.000 em polaco, 20.000 em húngaro, 10.000 em romeno, 8.000 em búlgaro!

A escolha do território português para essa actividade provocatória, mostra bem a submissão do governo fascista aos círculos mais reacçãoários e agressivos do imperialismo, o seu papel na provocação internacional.

Dirigentes da RARET, como Alberto Peixoto e Cunha, António Cértima, António Quadros, J. Quesada Pastor, D. Vasco Noronha, D. João Villa Franca, tornaram-se cúmplices dos serviços norte-americanos de espionagem e diversão anticomunista. O nosso povo está vigilante e não esquecerá os seus nomes.

É tempo de pôr fim a esta actividade de provocação internacional. Que cessem imediatamente as emissões da RARET!

Rádio Moscovo

Transmite todos os dias para Portugal em duas emissões, das 19,30 às 20 h. e das 20,30 às 21 h., pelas ondas de 50, 31, 41, 42 e 49 metros.

13 ANOS DE GUERRA COLONIAL

Amilcar Cabral assassinado há um ano

«... o governo colonial fascista de Marcelo Caetano, assim como os seus representantes no nosso país, têm bastantes razões para estar desesperados. (...) eles, na sua qualidade de pessoas sem escrúpulos, pessoas que desprezam os interesses e direitos dos povos, incluindo do seu próprio povo, recorrem a todos os meios, a todos os crimes, para tentar fazer parar a nossa luta...» (Da «Mensagem de Ano Novo» de Amilcar Cabral, Jan. 1973).

Esta previsão de Amilcar Cabral era confirmada, dias depois, com o seu próprio assassinato. Há um ano que o governo colonialista de Marcelo Caetano recorreu a este ignóbil crime, convencido que assim travaria, na Guiné, a luta pela independência nacional. Mas o PAIGC cerrou fileiras em torno dos seus dirigentes, ampliou a sua luta política e militar, proclamou a independência da Guiné-Bissau, em 24 de Setembro.

— O 4 de Fevereiro —

No decorrer deste ano, 13.º de guerra colonial, que se completa a 4 de Fevereiro, data histórica em que o povo angolano desencadeou a primeira acção armada contra o colonialismo português, a política colonial de Marcelo Caetano conheceu grandes reveses.

A criação de «Estados» e as «eleições» para as Assembleias Legislativas nas colónias não passaram de uma farsa pois a política colonial continua a ser a guerra com as mais nefastas con-

sequências para os povos das colónias e o povo português. Intensificaram os bombardeamentos, cometeram-se novos crimes e massacres, continuaram as torturas e os «aldeamentos» — autênticos campos de concentração. A manobra publicitária acerca de pretensos massacres pelos patriotas moçambicanos, não consegue enganar a opinião pública nacional e internacional nem desviar as atenções dos crimes colonialistas.

O povo português sente mais do que nunca os efeitos da guerra. Aumenta o número de mortos e estropiados, milhares de jovens ficam irremediavelmente marcados pela sua participação em tão criminosa aventura. É cada vez mais cega a submissão ao imperialismo e aos interesses dos monopólios, procurando assim o apoio indispensável ao prosseguimento das guerras coloniais.

Os movimentos de libertação alcançaram grandes sucessos no plano militar e político. Na Guiné, o PAIGC rechaça, com êxito, a ofensiva desesperada dos colonialistas contra as zonas libertadas, utiliza pela primeira vez foguetões e outras armas modernas. A Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau proclama, em território libertado, a República já reconhecida por mais de 70 países. Em Angola, o MPLA mantém a sua actividade no Norte, reforça a frente Leste e mantém focos de actividade no Sul. Em Moçambique, a FRELIMO, consolidadas as zonas libertadas do Norte, abre a frente de Ma-

nica e Sofala e multiplica, com êxito, a sua acção militar e política em Tete, dificultando a construção de Cabora-Bassa e sobota as linhas férreas para a Rodésia e Malawi.

O ano de 1973 caracterizou-se, em Portugal, por uma maior radicalização da luta contra o colonialismo. Logo, no início, várias camadas juvenis e os democratas, em geral, manifestaram a sua repulsa contra o hediondo crime de que foi vítima Amilcar Cabral. Em Abril assiste-se a uma enorme agitação, a nível nacional, contra a guerra. No Congresso de Aveiro e na grande campanha política de massas do mês de Outubro ela é condenada e é posto em evidência as consequências para o atraso económico e cultural do país. Nos comícios e manifestações de rua os antifascistas clamam contra a guerra.

A solidariedade dos países socialistas e das forças progressistas do mundo, aos movimentos de libertação, assume novas proporções. O colonialismo português é amplamente condenado, ficando cada vez mais isolado o governo de M. Caetano. Na sua aliada Inglaterra ele conheceu os maiores vexames. O povo inglês, nas ruas de Londres, manifestou ao representante do colonialismo português o seu repúdio pelos criminosos actos que o fascismo pratica nas colónias. Na ONU, a maioria dos países votou a favor dos movimentos de libertação, considerando que Portugal só poderá representar o «território metropolitano».

Há 13 anos que se iniciou o ataque frontal contra o colonialismo português, e os progressos realizados mostram-nos que «amadurecem as condições para o fim da guerra colonial» e para a independência total da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.